

II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios

10 e 11 de Novembro de 2021



O MERCADO DE TRABALHO COMO PRINCIPAL DETERMINANTE DA DESIGUALDADE DE RENDA

Haniel Ericeira Rodrigues¹

Thiago Souza Muniz²

Alex Brito³

RESUMO

O texto apresenta uma revisão da literatura especializada sobre os principais determinantes da desigualdade de renda. Apresenta sucintamente o debate teórico sobre o que significa a desigualdade do ponto de vista econômico, para em seguida expor as principais conclusões apontadas na literatura internacional. Entre os principais resultados destacam-se: a) os aspectos ligados ao mercado de trabalho são os principais determinantes da desigualdade de renda; b) há uma associação negativa entre gênero (participação feminina) e desigualdade de renda do ponto de vista familiar, mas também positiva quando se considera o indivíduo; c) não há consenso quanto a relação entre as políticas de transferência de renda e as variáveis institucionais do mercado de trabalho na redução da desigualdade

Palavras-chave: Desigualdade de Renda; Mercado de Trabalho; Distribuição.

ABSTRACT

The text presents a review of the specialized literature on the main determinants of income inequality. It briefly presents the theoretical debate on what inequality means from an economic point of view, and then exposes the main conclusions pointed out in the international literature. Among the main results, the following stand out: a) aspects related to the labor market are the main determinants of income inequality; b) there is a negative association between gender (female participation) and income inequality from the family point of view, but also positive when considering the individual; c) there is no consensus on the relationship between income transfer policies and institutional variables of the labor market in reducing inequality.

Keywords: Income Inequality. Labor Market. Distribution.

¹ Graduando do Curso de Ciências Econômicas – UFMA. Assistente de Pesquisa do GAPE/UFMA e Técnico do IMESC/MA, e-mail: haniel_r@outlook.com.

² Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDSE/UFMA. Economista. Pesquisador do GAPE/UFMA, e-mail: thiagomuniz@live.com.

³ Professor Associado do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico-PPGDSE – UFMA, Coordenador do Grupo de Análise da Política Econômica – GAPE. Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, e-mail: as.brito@ufma.br.

II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios

10 e 11 de Novembro de 2021



1. INTRODUÇÃO

O final do século XX e as décadas iniciais do atual estágio civilizatório tem sido marcado pela exacerbação da desigualdade no mundo todo, contrariando a tendência de redução ou estabilidade que caracterizou as sociedades no imediato pós-guerra até o final dos anos 70. Por esta razão, o tema ganhou, ao longo do século 21, grande notoriedade, tornando-se um objeto de intenso debate. Deixou de ser um assunto periférico dentro da Ciência Econômica e passou a ser objeto de estudo de proeminentes pesquisadores e centros de pesquisa (MEDEIROS, 2012).

No Brasil não é diferente, a desigualdade de renda no Brasil tem sido amplamente debatida ao longo das últimas décadas. Não poderia ser diferente, o país possui uma das piores distribuições de renda do mundo e seu caráter estrutural torna a tarefa de reduzi-la ainda mais difícil. Em geral, a pesquisa econômica propõe-se responder, fundamentalmente, o que afeta a distribuição de renda, o que exige considerar diferentes variáveis, tais como políticas, mercado e instituições.

Três grandes economistas contribuíram decisivamente para a elaboração e desenvolvimento da desigualdade como objeto de pesquisa relevante na Ciência Econômica: Amartya Sen, Anthony Atkinson e, mais recentemente, Thomas Piketty. Assim, para entender a questão é importante partir, ainda que de maneira incipiente, dessas três principais referências.

2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O DEBATE SOBRE DESIGUALDADE

Busca-se apresentar, primeiramente, as contribuições desses três importantes autores para os estudos sobre desigualdade. Primeiramente, deve-se começar pelas ideias de Sen (2001), pois foi a construção teórica desse economista indiano que forneceu uma metodologia para lidar com os aspectos mais fundamentais sobre a desigualdade social, ao questionar tanto a Teoria de Bem-Estar welfarista, quanto as respostas dadas por seus pares, tais como John Rawls e Ronald Dworking, à pergunta “igualdade de que?” (Sen, 2001). Desta forma, Sen (2001) aponta duas questões principais e norteadoras: a diversidade humana e os diferentes tipos de igualdade.

A primeira é o ponto de partida que o autor utiliza para responder à pergunta já apresentada, “igualdade de que?” Sen (2001) aponta que os seres humanos diferem uns dos

II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios

10 e 11 de Novembro de 2021



outros de muitas maneiras, as diferenças se dão tanto nas características externas e circunstanciais, ligadas às dotações de riqueza, aos ambientes naturais diferentes, às oportunidades distintas que a comunidade e o indivíduo estão inseridos oferece ou não e até mesmo fatores epidemiológicos de cada região afetam o bem-estar. Além destas, as diferenças pessoais, relacionadas a idade, sexo, aptidões físicas e mentais também são importantes para lidar com a desigualdade, pois, conforme o próprio autor exemplifica, uma pessoa pode ser incapacitada para realizar determinadas ações que outra, de corpo hábil consegue, mas, ainda assim, ambas podem ter a mesma renda (Sen, 2001).

É quanto a este aspecto que o indiano nobelista quer chamar a atenção, “a desigualdade em termos de uma variável (ex.: a renda) pode nos conduzir no sentido, bem oposto, da igualdade no espaço de outra variável (ex. o potencial para realizar funcionamentos ou o bem-estar) (SEN, 2001, pág. 51). Ou seja, isso significa que, conforme explicita o autor, as diversas vantagens e desvantagens relativas que as pessoas tem podem ser julgadas por outras diversas variáveis, e por isso ao focar em uma determinada variável para aferir a igualdade ou desigualdade entre as pessoas, necessariamente implica em tomar a difícil decisão com respeito à abordagem a ser utilizada, desse modo, tem-se o problema do “espaço de avaliação”, que é justamente a escolha das variáveis focais que são consideradas focais e relevantes para se analisar a desigualdade (SEN, 2001).

Amartya Sen responde a essa questão através da uma nova proposta, baseada nos conceitos de capability e capacity. Capability é possuir a capacidade necessária para desenvolver determinada tarefa ou função, buscar e almejar determinado objetivo, são os recursos e habilidade que as pessoas tem; já capacity é ter a possibilidade de escolher quais capacidades e habilidade se quer usar ou desenvolver, é possuir a liberdade de escolha para fazer ou deixar de fazer, de modo que tal pessoa goze de fato do poder da escolha genuína. É exatamente quanto a este último elemento que Sen aponta como o que de fato deve ser igualado. Com essa abordagem, Sen (2001) insere-se nas teorias igualitaristas de oportunidades, que pressupõem que as pessoas devem ser compensadas por desigualdades pelas quais não podem ser responsabilizadas, de forma que seja possível cada um dos membros de uma sociedade concretizar os seus planos de vida e realizar o que valorizam. Portanto, essa abordagem enfoca a igualdade de oportunidades como o meio pelo qual as pessoas podem exercer a liberdade

II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios

10 e 11 de Novembro de 2021



substantiva e, dessa maneira, será possível ter uma “vida boa”, pois será possível fazer escolhas genuínas. Essa é a sociedade que combate as desigualdades, segundo Amartya Sen.

Anthony Atkinson, por outro lado, entende que a política não deve necessariamente eliminar todas as diferenças nos resultados econômicos, mas sim reduzir a desigualdade abaixo de um nível determinado, a partir do pressuposto de que o patamar atual é excessivo (Atkinson, 2015). Deste modo, o autor, não contraria a visão seniana, mas contrastando-a, diz que geralmente quando se utiliza o termo “desigualdade” há uma busca implícita pela igualdade de oportunidades e, de fato, Atkinson reafirma a relevância e importância da busca por “nivelar” as condições de igualdade, ou seja, a desigualdade de oportunidades é um termo *ex ante* que tem como mote a busca incessante para que todos saiam do mesmo ponto de partida.

No entanto, Atkinson afirma que a preocupação com os resultados não deve ser extirpada, como se uma vez que as condições das pessoas tenham disso niveladas não devêssemos questionar os resultados, dentre os motivos listados pelo autor, um deles é que “a desigualdade de resultados afeta diretamente a igualdade de oportunidades para a próxima geração. Os resultados *ex post* de hoje determinam as condições *ex ante* de amanhã” (ATKINSON, 2015, pág. 33).

Na proposta do que deve ser feito para aplacar o elevado nível da desigualdade global, Atkinson (2015) recomenda que o Estado seja um investidor no progresso tecnológico, fomente políticas de remuneração éticas, proponha criação de um fundo soberano para o acúmulo de ativos estatais, além da tributação progressiva, entre outros.

Na análise de Thomas Piketty, o fundamental é identificar os principais aspectos que as teorias da desigualdade e da redistribuição devem considerar. Especificamente em sua obra *Economia da Desigualdade*, os dois principais mecanismos que, segundo o autor, produzem as desigualdades são, de um lado, a desigualdade capital-trabalho e, de outro, a desigualdade das próprias rendas do provenientes do trabalho.

Piketty (2015) aponta, portanto, como uma das causas das desigualdades a oposição entre os que detém o capital e os que não o detém, isto é, a desigualdade de renda tem como uma das causas a distribuição desigual da propriedade do capital. A segunda causa da desigualdade de renda, contemporaneamente, é a própria desigualdade da renda do trabalho, o

II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios

10 e 11 de Novembro de 2021



autor exemplifica isso argumentando que foi verificado uma reversão na curva de Kuznets a partir dos anos 1970 do século passado, particularmente nos EUA com aumento de 50% na diferença salarial entre os menos bem pagos e os 10% mais bem pagos (PIKETTY, 2015). E para resolver essa problemática na desigualdade entre as rendas do trabalho o autor apresenta como instrumentos de redistribuição da riqueza a tributação dos altos salários e a transferência fiscal para os que recebem baixos salários, salário-mínimo, políticas de educação e formação, luta contra a discriminação por parte dos empregadores, grades salariais etc.

A desigualdade de renda tem sido, portanto, o aspecto da desigualdade mais investigado pela Ciência Econômica principalmente em sociedades conhecidas por grandes disparidades, como o caso brasileiro. A dinâmica do fenômeno foi bastante estudada ao longo dos anos 90 e principalmente nos anos 2000. Mas quais as principais conclusões sobre a desigualdade de renda no Brasil?

3. PRINCIPAIS ELEMENTOS DO MERCADO DE TRABALHO QUE DETERMINAM A DESIGUALDADE DE RENDA

Para a maioria dos estudos, o mercado de trabalho é retratado como maior responsável para a queda da desigualdade de renda no Brasil a partir do século XXI. Ferreira e Cruz (2010) apontam que as políticas em relação ao mercado de trabalho como o aumento do nível de emprego e da produtividade tendem a apresentar resultados mais eficazes na redução da desigualdade do que políticas de transferências de renda.

A literatura internacional aponta alguns outros aspectos também relevantes na influência do mercado de trabalho sobre a dinâmica da desigualdade de renda, destacando, particularmente o aspecto de gênero, da qualificação e das instituições do mercado de trabalho.

3.1 Mercado de trabalho

A renda do trabalho corresponde a um pouco mais de 60% na França e no Reino Unido, segundo Piketty (2014). Dessa forma mais da metade da renda nacional reflete os rendimentos dos trabalhadores, portanto, a análise da distribuição dos rendimentos desse segmento é essencial para entender a dinâmica da desigualdade de renda.

II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios

10 e 11 de Novembro de 2021



A desigualdade no mercado de trabalho tem inúmeras consequências, segundo Bolland e Coelli (2016). Os autores destacam que os rendimentos do trabalho são os determinantes principais, tanto da renda individual, quanto a familiar, pela desigualdade da renda bruta.

Na América Latina, segundo Azevedo (2012) cerca de 45% da queda do índice de Gini foi devido as mudanças da renda do trabalho. Nessa sessão, será analisado como o Gênero, a educação e as instituições influenciam na desigualdade de renda.

3.2 Gênero

A desigualdade de renda pode ser mensurada em dois aspectos, em relação aos indivíduos e as famílias. Nos EUA, após a segunda guerra mundial, houve um aumento na dispersão salarial americana, segundo Atkinson (2015), dessa forma, era de se esperar o aumento da desigualdade de renda, porém apenas após 1980 que isso de fato ocorreu.

Como o autor destaca, o aumento dos diferenciais salariais não necessariamente provoca o aumento da desigualdade de renda. Atkinson aponta que ao discutir a desigualdade familiar americana, e não a individual, é possível analisar, por exemplo, que a participação feminina no mercado de trabalho foi fator importante para a diminuição da do indicador no país.

Em 1947, segundo (FREEMANN 1980) apenas 22% das mulheres casadas trabalhavam, esse valor subiu para 47% em 1977 e de 11% para 39%. em relação as mulheres casadas com filhos com menos de 6 anos. Dessa forma, Atkinson conclui que o aumento da participação, principalmente de mulheres casadas, foi preponderante para a diminuição da desigualdade nos EUA

Ainda segundo (Atkinson 2015), a partir de 1970, porém, o incremento da participação feminina do mercado de trabalho, não se originou da parcela mais pobre, e sim de mulheres com rendimentos acima da média. Esse novo fenômeno gerou um efeito reverso, um aumento da desigualdade.

Nesse sentido, Lynn e Burtless (1996) ao também analisar o EUA, mostram que a correlação entre os casais mudou ao longo da segunda metade do século passado, provocando uma o aumento da desigualdade segundo a autora conclui que:

II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios

10 e 11 de Novembro de 2021



Another key influence of women's earnings on overall inequality occurred through their correlation with total family income. During the 1960s and 1970s this correlation declined, thus reducing overall inequality. It soared in the 1980s, however, when women's gains in earnings were concentrated increasingly among women in affluent families. This factor explains one-tenth of the total rise in inequality since 1969 and almost 40% of the rise since 1979. (Lynn and Burtless 1996 pg.392)

Em concordância, Deaton (2017) diz que, nos dias atuais, com a maior similaridade educacional entre homens e mulheres e o crescimento salarial feminino os chamados “casais de sucesso”, onde maridos e esposas tem altos salários, são cada vez mais comuns. Esse processo seria relevante para puxar o topo da distribuição de renda familiar a para cima, em relação ao topo da distribuição de salários individuais.

Analisando os dados de desigualdade da Grã-Bretanha e dos EUA, Brundell (2018) destaca que o casamento entre semelhantes pode aumentar a desigualdade:

Focussing on the period since 1994, we find that both in Britain and the US, reductions in marriage have been greatest among low-wage workers and non-workers. In addition, the US has experienced an increase in assortative mating in terms of the correlation between wage percentiles of both members of a couple. The result of these trends has been an increase in inequality in family labour income among men and women in both countries. (Brundel et al 2018, pg 61)

Os estudos de Groti e Sherer (2016) e Feng e Tang (2018), porém, discordam que a similaridade dos casais é fator relevante para o aumento da desigualdade. Groti e Sherer (2016) concluem que, na realidade, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho contribuiu para diminuir a desigualdade de renda entre as famílias ao analisar a Dinamarca, Alemanha, Itália, Reino Unido e EUA de 1980 até os anos 2000.

Já na China, o aumento da desigualdade entre as famílias teve como contribuição a diminuição de casamentos, de 1992 a 2009 segundo Feng e Tang (2018). A queda nos casamentos foi maior entre os mais escolarizados, a taxa de matrimônio das mulheres que possuem ensino superior completo caiu, de 90,6% em 1992/93 para 77,1% em 2008/09, queda semelhante da registrada dos homens, de 96,3% para 84,4%, provocando aumento de ¼ da desigualdade no país.

II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios

10 e 11 de Novembro de 2021



Ao analisar dados de 31 países Europeus Filandri e Struffolino (2019) , apontaram que o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, ao aumentar o rendimento familiar total, diminui pobreza entre as famílias.

Apesar da queda da pobreza familiar, as autoras concluem, porém, que devido à baixa qualidade dos empregos, há um aumento pobreza no caráter individual, que provocam o aumento da desigualdade de renda entre os indivíduos. Dessa forma, a ainda persistente precarização no mercado de trabalho feminino ainda influencia na desigualdade e na pobreza dos países.

Por fim, o papel da educação parece ter sido vital para a diminuição da diferença salarial entre os gêneros, segundo Weichselbaumer e Inter-Ebmer (2005) Entre 1960 e 1990, as melhores oportunidades no mercado de trabalho para as mulheres se justificam pela educação, treinamento e permanência no trabalho, segundo Goldin et al (2006), 29 dos 32 países da OCDE as mulheres tem melhores níveis de educação.

3.3 Educação

A educação tem papel central no crescimento econômico e no progresso social. Países com menos adultos com pouca educação e mais escolarizados, tem melhores resultados econômicos do que nações com indicadores semelhantes, na média, mas com grande diferença de escolaridade na própria população (VANDENBROUCKE et al 2015)

Países com menos adultos pouco qualificados e mais qualificados se saem melhor em termos econômicos do que países com níveis médios de habilidades semelhantes, mas com maiores diferenças de habilidades entre a população (VANDENBROUCKE et al 2015)

A diferença de qualificação entre os trabalhadores, juntamente com a evolução tecnológica foi vista, principalmente no século passado, como o principal motivo da diferença salarial.

Mudanças na tecnologia de produção sempre favoreceram aqueles com mais habilidades, tendência sintetizada na expressão progresso técnico intensivo em qualificações (skill-biased technical progress) (...) Durante a maior parte do século passado, houve uma crescente procura por mais educação pelos americanos, levando ao aumento da oferta de mão de obra melhor qualificada. Se nada mais tivesse acontecido, essa cadeia de eventos teria reduzido o preço da mão de obra mais

II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios

10 e 11 de Novembro de 2021



escolarizada e diminuído a distância entre os salários dos trabalhadores com e sem diploma de curso superior. (Deaton 2015, pg 178)

A Skill-biased technical change (SBTC), apesar de muito utilizada no século passado para explicar o aumento da desigualdade salarial, foi criticada por inúmeros autores, devido a sua inconsistência de explicar o porquê a desigualdade americana aumentou entre os grupos assalariados com as mesmas características (nível educacional, experiência profissional e mesma idade) (Juhn et al, 1993). Além de não explicar as diferenças dos retornos educacionais devido a fatores demográficos, como a idade, gênero e raça (CARD AND DINARDO, 2002; LEMIEUX, 2008 apud KOCHAN E RIOCHAT, 2016)

Apesar de não necessariamente está ligada às novas tecnologias, os retornos da educação (skill premium) é um dos principais fatores que influenciaram na dinâmica da desigualdade em países subdesenvolvidos, como na América Latina e na China.

Na China entre 1992 e 2009 Feng e Tang (2018), apontaram que cerca de $\frac{3}{4}$ do aumento da desigualdade foi devido ao mercado de trabalho. Os principais motivos, segundo os autores seriam a diminuição do nível de emprego e dos aumentos dos retornos da educação e da desigualdade dentro do mesmo nível educacional (resultado de habilidades não observadas).

A mudança de economia planificada para uma economia de mercado industrial provocou a elevação do nível de desempregados, o êxodo rural, e promoveu a livre negociação entre patrão e empregado. Esses fatores promoveram o aumento da dispersão salarial, já que os empregadores poderiam ter a livre escolha de contratação e da escolha da salários, favorecendo assim, os trabalhadores com melhores qualificação e habilidades

O aumento skill premium, concluem os autores, foi atenuado devido a expansão no nível educacional ocorrida na China a partir de 1999:

The program was initiated in 1999 and started to affect the labor market since 2002/2003 when the first cohort of graduates left schools. The annual college admission growth rate has been increased to 30% in 1999 and 2000, up from only 2% on average between 1993 and 1998, and maintained a 15% annual growth rate over the 2001–2005 period, before slowing down to 5% after 2006. Such a large-scale expansion program has improved average levels of education significantly (XING, 2001 apud FENG e TANG, 2018, pg. 999).

Na América Latina, ainda sobre dos retornos da educação. Gasparini e Lustig (2011) discutem que a queda dos retornos da educação foi o principal motivo da redução da

II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021



desigualdade. Lustig et al (2013) observam que os principais motivos para a queda do skill premium são:

There are four potential (and not mutually exclusive) explanations for this phenomenon: a reduction in the relative demand for skilled workers; an increase in the relative supply of skilled workers; an increase in minimum wages and unionization rates benefiting low-wage workers more than high-wage workers; and a degradation of tertiary education. The latter could occur due to a combination of an expansion of tertiary education of lower quality and/or because those entering expanded tertiary education programs increasingly include individuals with lower abilities, as compared to previous patterns of human capital accumulation.. (LUSTIG et al, 2013, pg. 8).

Em concordância, Azevedo e Atuesta (2013) concluem que o aumento do acesso da educação foi fator chave para queda da desigualdade na América Latina de 1995 a 2010, mas os autores discutem que a qualidade da educação e as habilidades que são valorizadas no mercado de trabalho são a nova margem para desigualdade de renda no continente.

3.4 Instituições

Como discutido na sessão anterior, a SBTC era vista como uma das principais hipóteses para o aumento da dispersão salarial. Segundo (Acemoglu et al 2011), o avanço tecnológico, ao aumentar a demanda de emprego para trabalhadores mais qualificados minimiza a coalizão entre estes e os menos qualificados, diminuindo assim o apoio aos sindicatos.

A maioria dos economistas acredita que políticas em relação ao mercado de trabalho podem aumentar o desemprego gerando mais desigualdade (SZCZEPANIAK E OBŁOZA 2020). Porém, as instituições do mercado de trabalho, como os sindicatos, podem diminuir a dispersões salariais e aumentar a participação da renda do trabalho, devido as políticas de proteção ao emprego (CHECCHI E GARCIA-PENALOSA, 2008).

Em uma crítica a SBTC, Tsoukatou (2020) ao analisar oito países da OCDE, propõe que todos os países avançados foram expostos mudanças tecnológicas semelhantes, porém, seu efeito na desigualdade de renda não foi similar. Segundo a autora, a desigualdade de renda dependeria, principalmente, de como as instituições do mercado de trabalho (como o salário mínimo e nível de centralização da barganha salarial) respondem as mudanças tecnológicas e como o capital humano é valorizado.

According to our empirical research, the labor market institutions examined justify 82.1% of the increase in wage inequality (as defined by the wage inequality 90/10)

II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios

10 e 11 de Novembro de 2021



while the remaining 17.9% could be due to other reasons such as the different magnitude of technological change among countries. In different parts of the wage distribution (50/10 and 90/50) the degree of inequality due to labor market institutions is 71.9% and 77.9% respectively. (TSOUKATOU, 2020, p.341).

A autora conclui que os principais fatores que influenciam na queda desigualdade de renda (na razão 90/10) são os níveis baixos de salários, o nível de centralização da barganha salarial, e por último e menos significativa a barganha coletiva. A densidade sindical, porém, poderia aumentar a desigualdade, o motivo segundo a autora é que:

In recent years, the general level of education in developed economies has increased, resulting in an increase in the number of skilled workers. As the number of highskilled employees increases, it is more likely this increase to alter the constitution of the trade unions by having more highly skilled members. In this way, the profile of the 'average worker/member' is also changed and consequently, their role in reducing the extent of pay distribution becomes questionable. (TSOUKATOU, 2019, p.340).

Kochan e Riordan (2016) também pontuam a importância dos sindicatos para o combate da desigualdade. Segundo os autores, houve redução do número de sindicatos, desde os anos 80, na gestão Reagan, que combatia as instituições acusando-as de provocar inflação. Os autores apontam que a queda da sindicalização é responsável por cerca de 20 a 30% do aumento da desigualdade de renda nos EUA desde 1980.

Szczepaniak e Obłóza (2020) estudando a República Checa, Hungria, Polônia e Eslováquia apontaram que apesar de fraca, há uma relação negativa entre o índice de GINI e as instituições do mercado de trabalho, pois, segundo as autoras, quanto mais regulado o mercado de trabalho, mais os trabalhadores ficam mais protegidos e como consequência a desigualdade de renda diminui.

As instituições do mercado de trabalho também parecem influenciar nos impactos flexibilização financeira, que aumentaria a desigualdade principalmente devido ao skill premium, devido a maior demanda das empresas por profissionais qualificados. (Jerzmanowski e Nabar 2013).

Darcillon (2015) nos demonstra que os mercados de trabalho mais institucionalizados tendem a atenuar o aumento da desigualdade causada pela flexibilização financeira.

On the one hand, we show that a flexibilization in the financial/credit markets increases income inequality especially when labour markets are flexible. On the other hand, we also find that encompassing labour market institutions — strong union density and employment protection legislation — contribute to the reduction in income disparities in a strongly financially developed world. Increasing the level of

II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios

10 e 11 de Novembro de 2021



labour market regulation, one also weakens the negative impact of the flexibilization in the financial/credit markets on the increase in income inequality (Darcillon ; 2015; pg .254).

O salário mínimo também é apontado como fator importante para a diminuição da desigualdade nas economias avançadas. Nos EUA, Kochan e Riodan (2016) discutiram que em 2016 nos EUA, o salário mínimo é 25% menor que em 1968, prejudicando principalmente os trabalhadores com baixa renda. Apesar disso, os autores destacam o ainda importante papel do salário mínimo para diminuição da desigualdade

Vellvé (2018), analisando os dados da União europeia de 2005 a 2014 conclui que o salário mínimo tem influência na queda da desigualdade.

Entre las principales conclusiones alcanzadas hay que destacar que la elasticidad estimada de la desigualdad medida por el índice de Gini, ante cambios en los salarios mínimos relativos, se encuentra en un rango entre -0.10 y -0.12 , lo cual confirma una relación negativa y significativa, en el sentido de que un aumento de los salarios mínimos relativos contribuye a una reducción de la desigualdad en la renta disponible equivalente de los hogares en la UE.(Valvé;2018;pg 98).

4. CONCLUSÃO

Como pode ser observado, ao longo do texto, o mercado de trabalho, a partir de diferentes aspectos pode ser o principal determinante da desigualdade de renda, seja em função dos diferenciais de qualificação, dos baixos salários da mulher, como também pode ser um canal importante para redução das disparidades de renda a partir de políticas regulatórias e institucionais, como o salário-mínimo.

II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios

10 e 11 de Novembro de 2021



5. REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D. et al. **Deunionization, Technical Change and Inequality**. CEPR Discussion Papers. 2001.
- ATKINSON, Anthony. **Desigualdade: O que pode ser feito?**. Tradução de Elisa Câmara. São Paulo: Editora LeYa. 2015.
- AZEVEDO, J. P et al. **Fifteen Years of Inequality in Latin America: How Have Labor Markets Helped?**. Policy Research Working Paper 6384, The World Bank. 2013
- AZEVEDO, J. P., INCHAUSTE, V ; SANFELICE, V. **Decomposing the Recent Inequality Decline in Latin America**. Mimeo, The World Bank. 2012.
- BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane S. P. de. **Os determinantes da desigualdade no brasil**. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para Discussão nº 377. 1995.
- BLUNDELL et al. **Income inequality and the labour market in Britain and the US**". Journal of Public Economics, Volume 162, 2018.
- BORLAND, Jeff and COELLI, Michael Bernard. **Labour Market Inequality in Australia**. Economic Record, Vol. 92, Issue 299, 2016.
- CARDD, DiNardo JE. **Skill-biased technological change and rising wage inequality: Some problems and puzzles**. Journal of Labor Economics. 2002
- DARCILLON, Thibault. **How Does Finance Affect Labor Market Institutions? An Empirical Analysis in 16 OECD Countries**. Socio-Economic Review 13, no. 3. 2015
- DEATON, Angus. **A grande saída: saúde, riqueza e as origens da desigualdade**. Rio de Janeiro, intrínseca, 2017.
- FENG, S.; TANG, G. **Accounting for Urban China's Rising Income Inequality: the Roles of Labor Market, Human Capital, and Marriage Market Factors**. Economic Inquiry, v. 57, n. 2, p. 997–1015, 2019.
- FERREIRA, Roberto Tatiwa & CRUZ, Mércia Santos da. **Efeitos da Educação, da Renda do Trabalho, das transferências e das condições iniciais na evolução da desigualdade de renda nos municípios brasileiros no período de 1991 a 2000**. Revista de Pesquisa e Planejamento Econômico, 40 (1): 103-121. 2010.
- FILANDRI, M.; STRUFFOLINO, E. **Individual and household in-work poverty in Europe: understanding the role of labor market characteristics**. European Societies, v. 21, n. 1, p. 130–157, 2019.
- FREEMAN, Richard B. **The Evolution of the American Labor Market, 1948-80**. Martin Feldstein, ed., The American Economy in Transition (Chicago: University of Chicago Press, 1980

II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios

10 e 11 de Novembro de 2021



GASPARINI, L., and N. LUSTIG. **The Rise and Fall of Income Inequality in Latin America.** Working Paper 1110, Tulane University. 2011

GOLDIN, Claudia et al. **The Homecoming of American College Women: The Reversal of the College Gender Gap.** Journal of Economic Perspectives 20(4): 133-156, 2015.

GROTTI, Raffaele e SCHERER, Stefani. **Does gender equality increase economic inequality?.** Evidence from five countries. Research in Social Stratification and Mobility.2016.

JERZMANOWSKI M. and NABAR M. **Financial Development and Wage Inequality: Theory and Evidence’.** Economic Inquiry 51. 2013.

Juhn, C., Murphy K. e Pierce, B. **Wage inequality and the rise in returns to skill.** JPE, n. 101, 1993, p. 410-442.

KOCHAN, T. A.; RIORDAN, C. A. **Employment relations and growing income inequality: Causes and potential options for its reversal.** Journal of Industrial Relations, v. 58, n. 3, p. 419–440, 2016.

LUSTIG, Nora; LOPEZ-CALVA, Luis F.; ORTIZ-JUAREZ, Eduardo. **Deconstructing the Decline in Inequality in Latin America.** Policy Research Working Paper; No.6552. World Bank, Washington, D.C. World Bank. 2013.

Lynn Karoly e Gary Burtless, **Demographic Change, Rising Earnings Inequality, and the Distribution of Personal Well-Being, 1959-1989.** Demography 32 (1995): 379-405, citação da p. 392.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de Desigualdade e Pobreza.** Brasília: Editora UnB, 2012.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade.** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2015.

Richard B. Freeman, **The Evolution of the American Labor Market, 1948-80 in Martin Feldstein, ed. The American Economy in Transition.** Chicago: University of Chicago Press, 1980).

SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade reexaminada.** Tradução de Ricardo Dominelli. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001.

SZCZEPANIAK, Małgorzata; SZULC-OBŁOZA, Agnieszka. **Labour Market Institutions and Income Inequalities in the Visegrad Group Countries.** Comparative Economic Research.V 23. 2020.